

NOTAS SOBRE O PROGRAMA DO LIVRO DIDÁTICO PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DO INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO – PLIDEF/INL (1971-1976)

MÔNICA MACIEL VAHL¹; ELIANE PERES²;

¹ Acadêmica do Curso de Mestrado em Educação na Universidade Federal de Pelotas, Bolsista CNPq – monicamvahl@gmail.com

² Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas – eteperes@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta os resultados iniciais de uma pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (PPGE/FaE/UFPEL). A investigação possui como objetivo descrever a estrutura e caracterizar o funcionamento do Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental¹ (PLIDEF) do Instituto Nacional do Livro (INL) e utiliza como referencial teórico as reflexões de BATISTA (1999, 2009) e CHOPPIN (2002, 2004, 2008). O PLIDEF funcionou sob supervisão do INL entre os anos de 1971 a 1976, sendo após desta data transferido para a coordenação da Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME). Em 1983 o PLIDEF foi incorporado a Fundação de Apoio ao Estudante (FAE), sendo extinto dois anos mais tarde, com a criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

2. METODOLOGIA

A metodologia está alicerçada na análise documental (CELLARD, 2010; CORSETTI, 2006; PIMENTEL, 2001). De acordo com CELLARD (2010) a análise documental consiste em uma abordagem simultaneamente indutiva e dedutiva que se divide em duas etapas: a avaliação crítica ou análise preliminar e a análise documental. Essas duas etapas, por sua vez, se subdividem em outros passos em vista da (des) construção dos dados para responder ao problema de pesquisa.

A obtenção dos dados ocorreu sobretudo em fontes escritas oficiais, tais como, Leis, Decretos, Termos de Contrato, Diários Oficiais da União (DOU), Anuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicações do Ministério da Educação e Cultura (MEC), do INL e da FAE. As fontes oficiais oferecem uma série de possibilidades para a compreensão da estrutura e do funcionamento do PLIDEF.

Esse material foi coletado *in loco* nos acervos do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IF-SUL – Campus Pelotas), do Grupo de Pesquisa História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares (HISALES/FaE/UFPEL), da Agência Pelotas do IBGE, do Centro de Informação e Biblioteca em Educação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (CIBEC/ INEP) e da Biblioteca da Universidade de Brasília (UnB) e virtualmente no site da Câmara dos Deputados e no portal JusBrasil.

¹ Em 1971 foi publicada a Lei nº 5.692 que fixava as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. No entanto, a documentação oficial utiliza de forma corrente os termos Ensino Primário, Ensino de 1º Grau e Ensino Fundamental, inclusive como sinônimos, no decorrer da década de 1970.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No decorrer do ano de 1971 foi lançado o I Plano Setorial de Educação e Cultura com a previsão do desenvolvimento de trinta e três projetos prioritários para o triênio de 1972 a 1974. O Plano tinha como ambição apresentar “uma definição do setor”, “uma política de execução” e “os mecanismos de operação” (MEC. Plano Setorial de Educação e Cultura - 1972/74, 1971, p. 19). Entre os projetos prioritários estava o Programa Nacional do Livro, disposto em dois subprojetos: o livro didático e o livro literário.

A “política nacional para o livro” expressa no I Plano Setorial de Educação e Cultura tinha como finalidade a produção de grandes tiragens de livros e a redução dos custos indústrias e do preço de venda por meio da execução e do fortalecimento do regime de coedição entre o setor público e o setor privado. Através da gerência do INL deveriam ser desenvolvidas coedições de livros para o ensino fundamental, o ensino médio, o ensino superior, literatura em geral e edições não comerciais, além da manutenção de bibliotecas, bibliotecas volantes e salas de leitura.

Em relação à política de livros didáticos foram lançados pelo INL inicialmente três subprogramas: o Programa do Livro Didático – Ensino Fundamental (PLIDEF); o Programa do Livro Didático – Ensino Médio (PLIDEM); e o Programa do Livro Didático – Ensino Superior (PLIDES). Posteriormente, foram acrescentados o Programa do Livro Didático – Ensino Supletivo (PLIDESU) e o Programa do Livro Didático – Ensino de Computação (PLIDECOM). O PLIDEF foi o subprograma que editou um maior número de títulos, cerca de 600% a mais que os outros subprogramas reunidos, e recebeu o maior investimento, um valor superior ao conjunto dos outros subprogramas de aproximadamente 1300% (MEC/FAE. Programas de Assistência ao Educando: Séries Históricas – 1970-84, 1985, p. 53-57).

O PLIDEF/INL possuía como objetivos a distribuição de livros didáticos para uma parcela de alunos carentes através de convênios com as Secretarias Estaduais de Educação (SECs), o barateamento do preço dos exemplares nas livrarias para atendimento aos estudantes não caracterizados como carentes, o aprimoramento da qualidade dos livros didáticos por intermédio do sistema de seleção e avaliação dos livros, a colaboração com o aperfeiçoamento técnico-pedagógico dos professores através dos manuais para o professor e de cursos e a implantação do Fundo Nacional do Livro Didático e do Banco do Livro (MEC/INL. Programa Nacional do Livro Didático, 1973, p. 42).

As editoras remetiam exemplares dos livros didáticos para o INL tendo em vista a coedição. Através do INL esse material era encaminhado para o Departamento do Ensino Fundamental do MEC, que avaliava e deliberava sobre a aprovação. Após a avaliação o Departamento do Ensino Fundamental remetia os resultados para INL. A lista de livros aprovados era despachada para as Comissões de Avaliadoras das SECs das unidades federadas. As SECs formavam outras comissões que possuíam como base a consulta a grupos de professores, selecionavam as obras que mais se adequavam às suas necessidades e elaboravam o plano de distribuição de livros. A tiragem dos livros pertencentes ao INL, apresentada no quadro a seguir, era distribuída nas escolas, bancos de livros e núcleos de ensino e a tiragem dos livros da editora era comercializada nas livrarias.

Quadro 1. Títulos, tiragem e recursos aplicados no PLIDEF/INL.

ANO	TÍTULOS	TIRAGENS			RECURSOS APLICADOS (Cr\$ 1.000)
		LIVRO	MANUAL	TOTAL	
1971	114	7.057.637	175.496	7.233.133	20.761
1972	212	7.812.857	225.998	8.038.855	24.056
1973	223	7.343.945	215.663	7.559.608	32.297
1974	220	6.965.629	234.212	7.199.841	46.479
1975	235	10.423.190	347.553	10.770.743	85.542
1976	292	10.675.370	520.408	11.195.778	111.752

Fonte: MEC/FAE. Programas de Assistência ao Educando: Séries Históricas – 1970-84, 1985. p. 55.

Em seis anos² de funcionamento o PLIDEF/INL subsidiou o número de 1.296 títulos, que somam uma tiragem de 50.278.628 de livros do aluno e 1.719.330 de manuais para o professor, totalizando 51.997.958 de impressos no sistema de coedição por um montante de 320.887.000 cruzeiros. Apesar da tiragem total de livros ter diminuído no ano de 1973 e 1974 em relação ao ano de 1972, é interessante ressaltar que o número de títulos subsidiados pelo sistema de coedição e os recursos aplicados pelo PLIDEF se mantiveram em constante aumento durante todo o período de funcionamento do programa sob supervisão do INL.

4. CONCLUSÕES

Os anos em que esteve em vigor o sistema de coedição do INL, foram marcados por um lado, pela progressiva radicalização das ações do regime civil-militar, influenciado pelo Ato Institucional nº 5 e pelo recesso do Congresso Nacional, e por outro lado pela euforia causada pelo “milagre” econômico brasileiro. No campo educacional, se fazia presente a influência dos acordos entre o MEC e a USAID e a transformação na educação básica com a instituição do Ensino de 1º e 2º graus.

O governo federal buscava impor uma condução “harmônica e objetiva à política do livro” e um dos instrumentos eram os subsídios do INL através do PLIDEF em suas diferentes configurações. Apesar de não constituir uma política estrita de edição oficial de livros didáticos o PLIDEF/INL permitia o controle da produção desses materiais a partir do financiamento do sistema de coedição que possibilitava o aumento das tiragens e a garantia de compra de uma parcela significativa de livros pelo MEC.

O PLIDEF colaborava para a produção de altas tiragens de livros didáticos e para o barateamento do preço de venda nas livrarias dos exemplares. Por consequência, contribuiu para um maior acesso aos impressos por parte dos alunos. Esse acesso poderia ocorrer de forma direta quando o aluno recebesse

² Os dados dos anos de 1971 e 1976 foram considerados como integrantes do PLIDEF/INL apesar de configurarem períodos de transição entre programas federais de subsídio de livros didáticos. O ano de 1971 representou a mudança entre a política da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) para o sistema de coedição do PLIDEF/INL e o ano de 1976 entre o PLIDEF/INL e o PLIDEF/FENAME.

um exemplar gratuito distribuído pelo INL ou de forma indireta quando o aluno adquirisse um exemplar nas livrarias com um custo menor.

Havia também por parte do MEC uma preocupação com a qualidade do livro didático utilizado nas escolas. A avaliação desses impressos pela Comissão de Análise e Seleção de Livro-Texto garantia uma forma de fiscalização sobre o material que circularia no Ensino de 1º Grau. Todavia, os critérios de avaliação que determinavam se o material possuía ou não qualidade para integrar o sistema de coedição não eram isentos de julgamentos de valor.

Ao longo dos seis anos de funcionamento o PLIDEF/INL colaborou para a produção de 1.296 títulos, atingindo a tiragem total de 51.997.958 impressos por um montante de 320.887.000 cruzeiros, o que representaria no período um valor superior a 41 mil vezes do salário mínimo. No entanto, a capacidade de alcance desses livros didáticos em relação ao público escolar pode ser discutida. O número de alunos matriculados na rede pública e privada ultrapassam em mais de 50% a tiragem total de livros impressos pelo PLIDEF/INL. Além disso, não havia a garantia que no processo de distribuição dos impressos não ocorreriam desvios ou ainda de que os livros saíam efetivamente dos depósitos dos municípios para as salas de aula.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. MEC. **Plano Setorial de Educação e Cultura (1972-1974)**. Brasília, 1971. Acervo UnB.
- BRASIL. MEC/FAE. **Programas de Assistência ao Educando: Séries Históricas – 1970-84**. Brasília, 1985. Acervo CIBEC/INEP.
- BRASIL. MEC/INL. **Programa Nacional do Livro Didático**. Brasília, 1973. Acervo CIBEC/INEP.
- BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Um Objeto Variável e Instável: Textos, Impressos e Livros Didáticos. In: ABREU, Márcia (org.). **Leitura, História e História da Leitura**. Campinas: Mercado das Letras, 1999. p. 529-575.
- BATISTA, Antônio Augusto Gomes. O conceito de “livros didáticos”. In: BATISTA, Antônio Augusto Gomes (org.). In: **Livros escolares de leitura no Brasil: elementos para uma história**. Campinas: Mercado das Letras, 2009. p. 41-73.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean e outros (orgs.). **A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 295-316.
- CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. **História da Educação**. Pelotas, n. 11, p. 5-24, jan./abr. 2002.
- CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004.
- CHOPPIN, Alain. Políticas dos Livros Escolares no Mundo: perspectiva comparativa e histórica. **História da educação**, Pelotas, v. 12, n. 24, p. 9-28, jan./abr. 2008.
- CORSETTI, Berenice. A análise documental no contexto da metodologia qualitativa: uma abordagem a partir da experiência de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos. **UNirevista**. São Leopoldo, vol. 1, n. 1, p. 32-46, janeiro 2006.
- PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 114, p. 179-195, novembro de 2001.